



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data: **04.03.2015**

Horário: 14h

Local: Sala de Reunião da Presidência

Coordenador: Dr. Luiz Antonio Cavassa de Almeida

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

1. Atender a Resolução 198, art 9º, do CNJ, em que os tribunais deverão promover Reunião de Análise da Estratégia - RAE, pelo menos quadrimestralmente, para acompanhamento dos resultados, nas quais poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

3. PARTICIPANTES

1. Luiz Antonio Cavassa de Almeida (Juiz Auxiliar da Presidência)
2. Dr. Alexandre Antunes da Silva (Juiz Auxiliar da Presidência)
3. Dr. Paulo Afonso de Oliveira (Juiz Auxiliar da Presidência)
4. Dr. Ricardo César Carvalheiro Galbiati (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência)
5. Dr. Juliano Rodrigues Valentim (Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça)
6. Newton Cesco Júnior (Diretor de Planejamento)
7. Tatiana Barbosa Rodrigues (Coordenadora de Planos Institucionais)

4. PAUTA

Assunto

1. Apresentar o Painel de Bordo com o resultado final do Planejamento Estratégico 2010-2014.
2. Apresentar o esboço do Plano Estratégico 2015-2020 do PJMS para validação.

5. DISCUSSÃO DA RAE

Iniciada a reunião, o Diretor de Planejamento, Newton Cesco Junior, cumprimentou os presentes e disse que num primeiro momento seriam apresentados os resultados do Planejamento anterior que encerrou em dezembro de 2014 e, após, realizariam a validação do Novo Planejamento Estratégico para os próximos seis anos. Esclareceu ainda que, anteriormente, o Planejamento



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

Estratégico era realizado para o período de cinco anos e atualmente, por determinação do CNJ, vigora por seis anos para contemplar três administrações. Continuando o Sr. Newton apresentou o mapa estratégico, que é a visão geral de todo um planejamento. Demonstrou a missão atual, a visão, os valores e os oito objetivos. Destacou que dentro dos objetivos existem projetos que dão mobilidade ao planejamento, que fazem acontecer as ações. No objetivo estratégico I, havia 5 metas: as destacadas em verde foram cumpridas e em vermelho, não cumpridas. A meta 1 referia-se a pesquisa de satisfação do usuário que não foi alcançada, tendo em vista não ter sido aprovada pela administração anterior. Tal pesquisa iria contribuir muito para a construção do novo planejamento. A meta 2 foi cumprida; as taxas de congestionamento do 1º grau foram reduzidas a 10%. Quanto a meta 3, não foi possível reduzir a taxa de congestionamento no 2º grau. A 4 visava a garantir 100% do acesso eletrônico das partes e advogados à justiça, até 19.12.2014, que foi alcançado em 2010. A meta 5 engloba além do acesso eletrônico das partes e advogados à justiça, a confiabilidade das informações, jurisprudências doutrinárias, tudo desenvolvido pela TI. No objetivo II, haviam 4 metas: a meta 6 trata da integração dos sistemas do TJMS ao Tribunal de Contas, SERASA, Secretaria de Segurança Pública e Instituto de Identificação. Tal integração só foi possível com o Ministério Público, a Procuradoria Municipal, o Instituto e a OAB. Com a Polícia Federal, Procuradoria do Estado e SERASA ela não ocorreu; o que resultou num nível de cumprimento de 55%. Nesse momento, a Coordenadora de Planos Institucionais, Tatiana Barbosa Rodrigues, ressaltou que, conforme informações da TI, a parceria com a Procuradoria Estadual está quase efetivada, porém não pôde ser considerada no período determinado. Retomada a palavra, o Diretor de Planejamento falou sobre a meta 7 que buscava assegurar 100% da comunicação interna por meio eletrônico (e-mail, msn corporativo e outros), até 19.12.2010, que foi atingida em 2010, através do SCDPA e e-mail corporativo em todo o estado. A meta 8 buscou garantir o cumprimento da Resolução nº 79 do CNJ (transparência), até 31.01.2010 e também foi alcançada; bem como a meta 9 que visava a disponibilização no Portal do PJMS, dos dados estatísticos, administrativos e judiciais, até abril de 2010. No objetivo III, existiam 4 metas: a meta 10 tratou da revisão do regimento interno; a meta 11 da implantação do SAJ em 100% das Comarcas; a meta 12 da utilização das Tabelas Processuais Unificadas (existem ainda 3 ou 4 tribunais que não adotaram esse padrão de classificação processual) foram alcançadas e a meta 13 de inclusão da assinatura digital na emissão de alvarás eletrônicos em 100% do PJMS, até 19.12.2010 não foi atingida. O objetivo IV foi composto de 8 metas: a meta 14 versou a implantação do processo administrativo digital no âmbito do PJMS, até 19.12.2012, a 15 sobre a implantação do processo digital em 100% dos Juizados Especiais e Adjuntos e Turmas Recursais, até 19.12.2012; a meta 16 responsável por inserir o processo digital em 100% das comarcas e no 2º grau, até 19.12.2012; a 17 tratou da implementação do sistema eletrônico de leilão de bens, no âmbito do PJMS, até 19.12.2011; a 18 dispôs sobre a inserção do sistema de gravação audiovisual nas audiências cíveis e criminais, em pelo menos 50% das Comarcas do Estado, até 19.12.2014; a meta 19 que pautou a implantação da Revista de Jurisprudência Eletrônica dos Juizados, até 19.12.2012; a 20 tratou da disponibilização eletrônica de todas as publicações editadas pelo PJMS e documentos históricos, até 19.12.2012; e a meta 21 da disponibilização, também



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

eletrônica, de 100% das certidões negativas em trâmite do PJMS, até 19.12.2010, sendo que todas essas metas foram alcançadas dentro do prazo determinado; apenas a meta 21 foi cumprida parcialmente, haja vista não ter disponibilizado eletronicamente os documentos históricos. O objetivo V foi formado por 5 metas: a meta 22 que tratou da criação da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul – EJUD-MS para promover o treinamento, a capacitação, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de magistrados e servidores, até 19.12.2010 foi cumprida; a meta 23 responsável por desenvolver mecanismos de ensino, na modalidade a distância, que possibilitem aperfeiçoamento dos magistrados e servidores em todos os níveis, até 19.12.2014 também foi cumprida; a meta 24 que buscou a implantação da política de gestão de pessoas com foco nas competências, até 19.12.2013, não foi cumprida, inclusive vale ressaltar que há uma cobrança do CNJ sobre a sua execução. Nesse momento, o Dr. Ricardo César Carvalheiro Galbiati, solicitou esclarecimentos sobre a gestão de competência e o Sr. Newton Cesco Junior explicou que se trata de um processo que abrange o mapeamento de todos os servidores do estado bem como dos processos internos de cada área para a partir de então, repassar as informações para um software, responsável por fazer a distribuição correta do servidor. A meta 25 era criar e implantar, conforme a necessidade da prestação jurisdicional, assessorias aos juizes de 1ª e 2ª entrância, de livre indicação dos magistrados, observada a limitação da Res. 88/CNJ, até 19.12.2012 e a meta 26 voltada à execução do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, no âmbito do PJMS, até 19.12.2014 foram também atingidas. No objetivo VI existia a meta 26 que foi cumprida, sobre a promoção de ações ligadas à ética e moral, no âmbito do PJMS, até 19.12.2014. O objetivo VII contemplou 3 metas e todas foram cumpridas: a meta 28 que tratou da readequação a sistemática de cobrança de custas e emolumentos, incrementando em 10% a receita do FUNJECC, até 19.12.2010; a 29 que possibilitou a implantação da metodologia de gestão de projetos nas unidades da Secretaria do TJMS, até 19.12.2012 e a meta 30 que permitiu a criação de um sistema de indicadores de avaliação para 100% dos projetos estratégicos, até 19.12.2014 e, por fim, o objetivo VIII foi formado de 7 metas: a meta 31 foi responsável por adequar as edificações do PJMS, com construção própria, reforma, ampliação, manutenção preventiva e corretiva e otimização de espaço físico, conforme a necessidade e prioridade da administração, até 19.12.2014 mas não foi cumprida, tendo em vista que a condição de cumprimento era 100% e foram atingidos 54,79% do total, conforme o plano de obras. Para o Diretor de Planejamento, essa meta foi mal formulada, tendo em vista a dificuldade de concluir em tempo hábil, 100% das obras que foram previstas; a meta 32 que buscou assegurar 100% da frota de veículos automotores do PJMS, até 19.12.2010 foi cumprida; a 33 da implantação e implementação da Política de Segurança da Informação do PJMS, até 19.12.2014 também foi cumprida; a meta 34 que buscou adaptar a capacidade dos links de comunicação, adequando a demanda de cada localidade, até 19.12.2011, foi realizada; a 35 era responsável por atualizar e/ou substituir anualmente 30% dos equipamentos de informática e não foi atingida, tendo em vista que sua condição de cumprimento era = 30% e ela alcançou 16,45%; a meta 36 tratou da criação e construção do Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente em



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

Campo Grande até 19.12.2014, não foi cumprida e a 37 que objetivou a construção de edificação em Campo Grande para atender o Poder Judiciário de MS até 19.12.2014, foi cumprida, considerando a compra do Shopping 26 de Agosto para atender o Poder Judiciário. Então para finalizar, o Sr. Newton Cesco Junior destacou que em 2010 haviam 10 metas e foram atingidas 8; em 2011 as 3 existentes foram cumpridas; em 2012 atingiu-se 8 metas das 9 previstas; em 2013 não foi alcançada a meta prevista e em 2014 de 14 metas, 8 foram realizadas. Assim, o trabalho resultou num valor de 75,68% do total das metas previstas neste planejamento no período de 5 anos. Os 24,32% restantes, não foram atingidos por questões adversas e alheias a vontade da administração. Dentro da perspectiva de outros tribunais, o TJMS não ficou entre os melhores, porque para isso, é considerado o índice acima de 85%, mas também não ficou entre os piores. Num segundo momento, o Sr. Newton Cesco Junior passou a apresentar a proposta do novo Planejamento Estratégico que terá duração de 6 anos. Ele iniciou sua fala apresentando o hotsite do Planejamento Estratégico 2015-2020 que foi disponibilizado na intranet. Nele constava um campo de futebol que era um formulário eletrônico, com todos os macrodesafios do CNJ, apenas os juizes e servidores das comarcas tiveram acesso para colocarem suas propostas de iniciativas de acordo com cada macrodesafio. Nessa etapa, foram 458 propostas, vindas de 17 comarcas e um total de 74 colaboradores. Depois de compiladas pela Assessoria de Planejamento, as propostas foram encaminhadas para cada área de interesse e, se julgadas pertinentes, poderiam ser transformadas em projetos e iniciativas. Na Secretaria do TJMS também foi disponibilizado no hotsite um formulário eletrônico para preenchimento das propostas. Além dos formulários, foram realizadas reuniões pontuais com cada área e uma apresentação no Salão Pantanal para todos os diretores de secretaria. Após essa fase, uma equipe da Assessoria de Planejamento foi em cada área para explicar como deveria ser a participação de cada um deles, no que tange as propostas de missão, visão, valores, diagnóstica e projetos para compor o Plano Estratégico do PJMS. O Diretor de Planejamento também foi pessoalmente até a AMANSUL, apresentou ao Juiz Wilson Leite todo o material para a construção do Plano Estratégico 2015-2020 do PJMS. Os representantes do SINDIJUS, Sr. Dionizio e Sr. Fabiano, compareceram à Assessoria de Planejamento e, da mesma forma, foi explicado e disponibilizado, pelo diretor, todo o material do Plano Estratégico 2015-2020, dando-lhes o prazo de 60 dias para o envio de propostas e nada foi encaminhado. Dando prosseguimento, o Sr. Newton Cesco Junior afirmou que depois da etapa descrita, foi compilado todo o material que está sendo apresentado aos senhores. Enfatizou que a construção desse planejamento está na Res. 198, do CNJ e baseado nessa resolução, é necessário entregar até dia 31.03.2015 ao CNJ o Plano Estratégico 2015-2020 aprovado pelo Tribunal Pleno. Nesse sentido, foram apresentadas 4 propostas de missão para a escolha (pelos senhores) de uma. São elas: 1.Promover uma justiça célere, confiável, efetiva e pacificadora de conflitos; 2.Garantir a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza; 3.Prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva; 4.Prestação jurisdicional efetiva e transparente. Da mesma forma, foram demonstradas 4 propostas de visão: 1.Ser reconhecido pela sociedade por sua atuação preventiva, confiável e eficiente; 2.Ser um judiciário reconhecido como confiável, atuante e que busque a solução justa e imparcial; 3.Ser referência na prestação do serviço jurisdicional,



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

mediante atuação efetiva da justiça; 4. Comprometer-se até 2020 em consolidar sua gestão estratégica e governança corporativa visando uma atuação preventiva e confiável. O Dr. Alexandre Antunes da Silva pediu a palavra e indagou se, para as escolhas, não seria importante a participação do conselho e do Presidente? O Sr. Newton Cesco Junior respondeu que o Comitê de Gestão Estratégica tem autonomia para fazê-las e depois repassar ao Presidente, porém, o Dr. Alexandre Antunes da Silva entendeu como necessária a participação do Presidente, do Vice Presidente e do Corregedor-Geral nas escolhas e sugeriu uma prévia para submeter à apreciação deles. O Dr. Ricardo César Carneiro Galbiati complementou dizendo que não só deve ser encaminhado aos três, mas também para apreciação do conselho. Então os juizes presentes optaram por escolher a proposta de missão: Prestação jurisdicional efetiva e transparente e a proposta de visão: Ser referência na prestação do serviço jurisdicional, porém sem a parte “mediante atuação efetiva da justiça” e levarem para posterior apreciação do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral. O Sr. Newton Cesco Junior retomou a palavra e continuou a apresentação dos valores. São eles: 1. Ética; 2. Imparcialidade; 3. Transparência; 4. Comprometimento; 5. Responsabilidade Social e Ambiental; 6. Modernidade. Depois de debatido, foi aprovado pelos juizes, mas também afirmaram que será levado para posterior validação. O Diretor de Planejamento apresentou ainda o diagnóstico de ambiente interno e externo, com os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças que foi aprovado por todos os juizes. Após essa fase, o Sr. Newton Cesco Junior deu início a apresentação dos macrodesafios do CNJ, dos 13 objetivos estratégicos do PJMS, além dos 41 projetos apresentados pelas áreas do TJMS, sendo: 3 projetos apresentados pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais; 2 projetos apresentados pela Secretaria de Comunicação; 2 projetos apresentados pela Assessoria de Planejamento; 7 projetos apresentados pela Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça; 6 projetos apresentados pela Secretaria de Tecnologia da Informação; 1 projeto apresentado pelo Conselho Superior da Magistratura, 2 projetos apresentados pela Secretaria de Finanças; 1 projeto apresentado pelo Controle Interno; 1 projeto apresentado pela Assessoria de Inteligência; 4 projetos apresentados pela Secretaria de Obras; 7 projetos apresentados pela Secretaria de Gestão de Pessoal; e 5 projetos apresentados pela Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul – EJUD, sendo todos os projetos aprovados pelos juizes presentes. O Sr. Newton Cesco Junior informou ainda que todo projeto executado deverá estar aprovado no orçamento e independente de sua aprovação, a área deverá fazer um pré-projeto para ser analisado pelo comitê de Gestão Estratégica. Quando aprovado, deverá ser cadastrado no sistema GP-Web, responsável pelo gerenciamento dos projetos, com todas as informações detalhadas. Concluída a apresentação a Sra. Tatiana Barbosa Rodrigues informou que o Plano Estratégico não é engessado e que se alguma área necessitar incluir mais projetos no decorrer dos 6 anos será possível, mesmo porque os 41 projetos catalogados não contemplam 100% dos objetivos estratégicos. Sendo assim, a inclusão de novos projetos no decorrer dos anos, pelas áreas do TJMS, é esperada. Finalmente, o Sr. Newton Cesco Junior disse que o PJMS fará a finalização do Plano Estratégico 2015-2020 do PJMS com os indicadores, metas e priorização dos projetos, através da consultoria de uma empresa especializada. Não havendo mais nada a deliberar, eu, Tatiana Barbosa Rodrigues, que lavrei a presente ata, dou-a por



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

encerrada. Após, será repassada pelo SCDPA para assinatura digital dos membros do comitê.

6. FECHAMENTO DA ATA

Participantes

Assinatura Digital

1. Luiz Antonio Cavassa de Almeida (Juiz Auxiliar da Presidência)
2. Dr. Alexandre Antunes da Silva (Juiz Auxiliar da Presidência)
3. Dr. Paulo Afonso de Oliveira (Juiz Auxiliar da Presidência)
4. Dr. Ricardo César Carvalheiro Galbiati (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência)
5. Dr. Juliano Rodrigues Valentim (Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça)
6. Newton Cesco Júnior (Diretor de Planejamento)
7. Tatiana Barbosa Rodrigues (Coordenadora de Planos Institucionais)

7. DATA DA ATA

Campo Grande, 12 de março de 2015.